



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0001340-57.2015.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da Vara Única da comarca de São Lourenço do Oeste

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 25/2015

Período da correição: 24-8-2015 até 23-10-2015

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Assessora Correicional: Fernanda Cittadin Baggio



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: São Lourenço do Oeste

Unidade: Vara Única

Municípios integrantes: São Lourenço do Oeste, Novo Horizonte e Jupiá.

Juiz titular: Daniel Victor Gonçalves Emendörfer

Chefe de cartório: Willian Rodrigo Müller

Última correição por equipe da CGJ/SC: 20-8-2012 até 2-10-2012 – Autos n. 0012665-34.2012.8.24.0600.

Entrância: Inicial

Data da instalação/lei de criação: 25-2-1961 / Lei 2.613, de 2-1-1961.

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ5 – Processos eletrônicos

ACERVO PROCESSUAL

	Indicador		Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		4.277
1.1.2	Processos em andamento	3.367	
1.1.3	Procedimentos em andamento	910	
1.1.4	Fluxo de trabalho sem movimento há mais de 100 dias		568
	Cível – Genérico – Processo		
1.1.4.1	Ag. Prazo	14	
1.1.4.2	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	5	
1.1.4.3	Concluso para Despacho	60	
1.1.4.4	Concluso para Julgamento Antecipado	1	
1.1.4.5	Concluso para Sentença	15	
1.1.4.6	Cumprir Audiência	1	
1.1.4.7	Cumprir Hasta Pública	1	
	Criminal – Genérico – Processo		
1.1.4.8	Ag. Encerramento do Ato	3	
1.1.4.9	Ag. Prazo	13	
1.1.4.10	Concluso 9	1	
	Execução Fiscal – Processos		
1.1.4.11	Ag. Análise do Cartório	11	
1.1.4.12	Ag. Encerramento do Ato	65	
1.1.4.13	Ag. Prazo	10	
1.1.4.14	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	1	
1.1.4.15	Concluso para Decisão Interlocutória	1	
	Execução Penal – Processo		
1.1.4.16	Ag. Análise do Cartório	2	
1.1.4.17	Ag. Prazo	3	
1.1.4.18	Inicial – Aberto/LC/Restritiva/Sursis	9	
1.1.4.19	Prestações / Pecuniária	7	
1.1.4.20	Regime Aberto	6	
	Família – Processo		
1.1.4.21	Ag. Análise do Cartório	3	
1.1.4.22	Ag. Audiência	5	
1.1.4.23	Ag. Encerramento do Ato	15	
1.1.4.24	Ag. Prazo	4	
1.1.4.25	Ag. Prisão	3	
1.1.4.26	Concluso 9	1	
	Juizado Especial Cível – Processo		
1.1.4.27	Ag. Análise do Cartório	28	
1.1.4.28	Ag. Encerramento do Ato	210	
1.1.4.29	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	6	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 141

1.1.4.30	Concluso para Julgamento Antecipado	19	
1.1.4.31	Concluso para Sentença	6	
1.1.4.32	Concluso 10	12	
	Juizado Especial Criminal - Processo		
1.1.4.33	A ser Recebido de Outro Foro	1	
1.1.4.34	Ag. Análise do Cartório	1	
1.1.4.35	Ag. Encerramento do Ato	6	
1.1.4.36	Ag. Prazo	16	
1.1.4.37	Remetidos à Delegacia de Polícia	3	

	Indicador	Valor	
		Total	+ 100 dias
1.1.5	Outros setores		
1.1.5.1	Ministério Público	649	313
1.1.5.2	Serviço Social	3	1
1.1.6	Observações		

a) Informações obtidas em 29-10-2015.

b) O SAJ5 foi instalado na unidade em 22-4-2014.



1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	6.029
1.2.2	Processos em andamento	5.119
1.2.3	Procedimentos em andamento	910
1.2.4	Processos sem movimento há mais de 180 dias	528
1.2.5	Observações	

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: setembro de 2015.

PROCESSOS EM CARGA

	Indicador	Valor
1.2.6	Quantidade total de processos em carga	544
	Local	Total + 100 dias
	Cargas internas	
1.2.7	Contadoria	26 1
1.2.8	Distribuição	0 0
1.2.9	Juiz (Daniel Victor Gonçalves Emendörfer e Sirlene Daniela Puhl)	336 131
1.2.10	Ministério Público	62 42
1.2.11	Serviço Social	0 0
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ	
1.2.12	Advogado	82 19
1.2.13	Central de Plantão Policial	0 0
1.2.14	Delegacia de Polícia	1 1
1.2.15	Hospital de Custódia	0 0
1.2.16	Leiloeiro	0 0
1.2.17	Perito	9 0
1.2.18	Procuradorias	28 1
1.2.19	Observações	

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: setembro de 2015 (mês atual).
Item 1.2.9: a juíza Sirlene Daniela Puhl atuou no mês de setembro em cooperação na Comarca de São Lourenço do Oeste, conforme Portaria GP n. 474, de 28-8-2015.

PROCESSOS CONCLUSOS

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.2.20	Quantidade total de processos com o juiz	116	336	452

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensal
1.2.20	Janeiro a dezembro de 2013	3.239	270
1.2.21	Janeiro a dezembro de 2014	3.577	298
1.2.22	Janeiro a setembro de 2015	2.814	313
1.2.23	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).



1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	26	7
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		8	2
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		6	2
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		0	2
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		19	16
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		5	11
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		32	32
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	199	105
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	16	19



1.3.10	Observações
	<p>a) Primeira verificação em 17-8-2015.</p> <p>b) Segunda verificação em 28-10-2015.</p> <p>c) Orienta-se que o(a) chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm. As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por <i>e-mail</i> para o endereço eletrônico institucional da unidade.</p> <p>d) Item 1.3.1: os 7 registros apontados na segunda verificação são novos;</p> <p>e) Item 1.3.2: os 2 registros apontados na segunda verificação são novos;</p> <p>f) Item 1.3.3: os 2 registros apontados na segunda verificação são novos;</p> <p>g) Item 1.3.4: os 2 registros apontados na segunda verificação são novos;</p> <p>h) Item 1.3.5: dos 16 registros, 6 são novos. A unidade justificou a permanência dos registros antigos às fls. 78-79.</p> <p>i) Item 1.3.6: dos 11 registros, 9 são novos. A unidade justificou a permanência dos registros antigos à fl. 79.</p> <p>j) Item 1.3.7: dos 32 registros, 1 é novo. A unidade justificou a permanência de 29 registros antigos à fl. 79.</p> <p>l) Item 1.3.9: ressalta-se que o relatório encaminhado à época da primeira verificação (fl. 21), trouxe apenas 2 processos, pois foram considerados apenas os processos físicos.</p>



1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	29	3	35	2
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.3.11.2	Cartório - aguardando	51	32	37	3
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	5	1	17	0
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	63	47	45	15
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação	111	0	150	0
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	17	6	35	14
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	41	5	6	2
1.3.11.8	Cartório - arquivar	12	3	1	0
1.3.11.9	Cartório - escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.3.11.10	Cartório - escaninho do advogado	1	0	2	0
1.3.11.11	Cartório - escaninho do juiz	86	16	56	6
1.3.11.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	1	0	0	0
1.3.11.13	Cartório - escaninho do promotor	11	4	10	1
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	224	77	86	8
	Expedição/cumprimento				
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	71	19	97	23
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	7	1	2	0
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	0	0	0	0
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	91	4	84	3
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	6	0	0	0
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.3.11.26	Observações				
	a) Primeira verificação em 17-8-2015. b) Segunda verificação em 29-10-2015. c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	21	0
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		88	5
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		43	0
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		24	11
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0

1.4.7	Réu preso	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	Preso provisório	11	9
			Preso definitivo	8	23
1.4.7.1	Réu preso - total		19	32	

1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-7-2015)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	2.563	1.219
	Petição intermediária		320	109
	Peticionamento eletrônico		81	34
	Mandados		17	5
	AR		4	0
	Execução de sentença		21	8
	Incidente processual		60	52
	Ação incidental		0	0
	Movimentação		471	203
	Pauta de audiências		55	43
	Carga		353	157
	Cartas recebidas		20	8
	Processo		110	92
	Recurso		5	4
Usuário	1.046	504		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 147

1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"		463	5
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros		6	5
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias		6	13
1.4.12	Observações			
a) Primeira verificação em 17-8-2015. a.1) Item 1.4.9: dos 463 processos, 78 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 385 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". b) Segunda verificação em 29-10-2015. b.1) Item 1.4.9: dos 5 processos, 2 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 3 apresentam registro de local físico "sala de arquivo".				



1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	67	5
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012, nos Juizados Especiais.		95	87
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		5	4
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2015, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2012.		1	1
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		47	48
1.5.6	Observações			
<p>a) Primeira verificação em 17-8-2015.</p> <p>a.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de julho de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.</p> <p>a.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6. Em decorrência de inconsistência do sistema, não é possível consultar o número de registros referentes às ações do júri.</p> <p>b) Segunda verificação em 29-10-2015.</p> <p>b.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de setembro de 2015 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.</p> <p>b.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6. Em decorrência de inconsistência do sistema, não é possível consultar o número de registros referentes às ações do júri.</p>				



1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não alimentado	Não alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Parcialmente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.6	Observações	<p>a) Primeira verificação em 17-8-2015.</p> <p>a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 10-2-2015.</p> <p>a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 110 registros de processos e 165 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ, verificou-se por amostragem dez processos (0002432-57.2014.8.24.0066, 0002409-14.2014.8.24.0066, 0001888-69.2014.8.24.0066, 0001525-82.2014.8.24.0066, 0002154-56.2014.8.24.0066, 0002139-87.2014.8.24.0066, [REDACTED], 0001525-82.2014.8.24.0066, 0002655-78.2012.8.24.0066, 0000974-39.2013.8.24.0066), destes, os dois últimos não foram cadastrados no SNBA.</p> <p>a.3) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.</p> <p>a.4) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ (período 1-1-2013 até 14-8-2015) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>b) Segunda verificação em 29-10-2015.</p> <p>a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 17-9-2015.</p> <p>a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 122 registros de processos e 183 registros de bens no sistema. Os dois registros apontados na primeira verificação (0002655-78.2012.8.24.0066 e 0000974-39.2013.8.24.0066) foram cadastrados no SNBA. Em</p>		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 150

consulta ao sistema SAJ, verificou-se por amostragem mais oito processos (0000690-94.2014.8.24.0066, 0000612-03.2014.8.24.0066, 0000610-33.2014.8.24.0066, 0000582-31.2014.8.24.0066, 0000399-94.2014.8.24.0066, [REDACTED], 0000159-08.2014.8.24.0066, 0000108-60.2015.8.24.0066), todos foram cadastrados no SNBA.

a.3) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.

a.4) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCAI do CNJ.



1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Não alimentado	Parcialmente alimentado
1.7.2	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade. a) Primeira verificação em 17-8-2015. b) Segunda verificação em 29-10-2015. c) Existe um programa institucional de acolhimento cadastrado no sistema: Programa Lar Substituto Provisório de Novo Horizonte, sem ocorrência cadastrada (não há crianças abrigadas). E dois programas de acolhimento familiar cadastrados no sistema: Programa de Famílias Substitutas de Jupiá, sem ocorrência cadastrada (não há crianças abrigadas) e Programa Família Acolhedora de São Lourenço do Oeste, último relatório anexado em 10-2-2014 e há uma ocorrência datada de 18-9-2015 referente a visita de rotina da assistente social.		



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 6 de novembro de 2015.

Perla Maria Fusinato Schappo
Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

Fernanda Cittadin Baggio
Assessora Correicional - Mat. 22.690